

Chegou a hora de reativar a economia

Os rumos que a economia brasileira deve tomar até o fim do ano serão decididos nesta semana. Se, na reunião marcada para quarta-feira, dia 20, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central optar por rebaixar significativamente os juros, será sinal de que o governo já considera que é chegado o momento de direcionar a economia para um crescimento moderado. Se a alteração na taxa de juros for apenas cosmética, pode-se prever que o Produto Interno Bruto (PIB) do País não vá ter em 1998 uma expansão superior a 1,5%, como estimou o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os números relativos ao PIB mostram a maior desaceleração, dos últimos quatro anos. Não seria surpresa se o crescimento nos primeiros três meses fosse inferior ao do último trimestre do ano passado, período em que a economia, em condições normais, é mais aquecida. Mas o que se verificou foi um crescimento negativo de 1,1%, de um trimestre para outro. Na comparação entre os primeiros três meses deste ano com igual período de 1997, o produto real expandiu-se 1,1%, taxa que também espelha o crescimento nos últimos doze meses terminados em março. O que se constata, portanto, é que o produto real vem crescendo a uma taxa muito baixa, inferior à do crescimento demográfico (1,38%), ou seja, a persistir nessa rota, a renda per capita deve cair.

Outro fato do qual não se pode fugir: os ganhos com o "pacote" fiscal de novembro são insignifican-

tes. Apesar dos recordes de arrecadação, o déficit nominal do setor público, nos doze meses terminados em fevereiro, foi de 6,53%. O que significa que a maciça transferência de recursos do setor privado, que é equivalente a cerca de 2% do PIB, não produziu o tão desejado equilíbrio das contas públicas.

As contas externas tiveram uma melhora, mas esta não chega a ser brilhante. Graças a uma diminuição

**É preciso baixar
os juros com
coragem para
que o País possa
sair da armadilha
em que está**

de US\$ 1,514 bilhão no déficit comercial no período janeiro-abril, o déficit em conta corrente caiu de 4,16% do PIB em 1997 para 4,01% no quadrimestre, uma taxa longe de ser confortável.

As reservas cambiais atingiram US\$ 73,84 bilhões, no conceito de caixa, US\$ 12,68 bilhões a mais do que a posição em setembro do ano passado, antes da eclosão da crise asiática. Mas isso também tem o seu preço. Reservas elevadíssimas não só têm um custo em divisas, uma vez que não são aplicadas às mesmas taxas pagas internamente, como pressionam a dívida interna. À medida que as reservas ascendiam, o governo foi colocando seus papéis no mercado financeiro, em um total líquido que chegou a R\$ 15,72 bilhões de janeiro a março. E, lógico, com taxas de juros ainda muito altas, o custo é muito maior para o governo, dificultando o controle do déficit nominal.

Não estamos sendo pessimistas. Estamos apenas procurando mostrar que a política econômica está diante de uma armadilha, para a qual é preciso encontrar uma saída. E esta, a nosso ver, é reduzir os juros, como forma de estimular o crescimento de ora em diante e reduzir os gastos do governo.

Parecem-nos excessivas as preocupações do governo em manter um largo cupom cambial (a diferença entre as taxas de juros internas e externas, balizada pela taxa de câmbio). O volume de investimentos diretos de janeiro a abril (US\$ 4,228 bilhões) já corresponde a 46,3% do déficit em conta corrente no período (US\$ 9,122 bilhões), tornando o País muito menos dependente do chamado "hot money". Note-se ainda que o total de bônus e "notes", emitidos na maior parte pelo setor privado, chegou a US\$ 12,31 bilhões no quadrimestre, bem mais que o déficit em conta corrente.

Com relação à balança comercial, a situação é controlável, enquanto as importações permanecem estagnadas. Se voltarem a crescer, é fundamental um crescimento de dois dígitos das exportações, como ressaltou o secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex), José Roberto Mendonça de Barros. Aí está justamente o desafio, mas ele pode vencê-lo, como está fazendo, com uma política adequada de estímulo.

Há condições, portanto, para que o País volte a crescer, pelo menos, a 3 a 4% ao ano, como vinha fazendo antes da crise asiática.